

RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Carlena Souza Pelais

<https://lattes.cnpq.br/9085253167523446>

<https://orcid.org/0000-0002-8989-6178>

E-mail: caca25282121@hotmail.com

Dra. Jaqueline Mendes Bastos

<https://lattes.cnpq.br/7200475874198011>

<https://orcid.org/0000-0002-1265-9078>

E-mail: jaquelinebastos321@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-33>

RESUMO: O artigo apresenta a relação entre escola e família como elemento essencial para o desenvolvimento infantil, com foco na atuação conjunta dessas instituições na formação cognitiva, afetiva e social da criança. O texto também apresenta um relato de experiência desenvolvido no município de Cametá, no estado do Pará, que evidencia os desafios enfrentados por famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente diante da tendência de transferir à escola responsabilidades que deveriam ser compartilhadas. O objetivo é compreender como a parceria entre educadores e familiares contribui para o sucesso educacional e para a construção de uma infância protegida e valorizada. A pesquisa baseia-se em revisão teórica e relato de experiência profissional, incorporando autores como Philippe Ariès (1986); Barbosa e Magalhães (2008); Oliveira e Araújo (2010); Reali e Tancredi (2005); Vercelli e Lauriti (2025). Os resultados apontam que a responsabilização isolada de uma das partes ignora fatores estruturais e sociais que afetam diretamente o desenvolvimento infantil. Conclui-se que o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade é indispensável para garantir uma educação humanizadora, equitativa e sensível às realidades diversas das crianças brasileiras.

PALAVRA-CHAVE: Psicologia Escolar. Psicologia do Desenvolvimento. Escola.

THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL AND FAMILY IN SUPPORTING CHILD DEVELOPMENT

ABSTRACT: This article presents the relationship between school and family as an essential element for child development, focusing on the joint action of these institutions in the cognitive, affective, and social formation of the child. The text also presents an experience report developed in the municipality of Cametá, in the state of Pará, which highlights the challenges faced by families in situations of social vulnerability, especially in the face of the tendency to transfer to the school responsibilities that should be shared. The objective is to understand how the partnership between educators and families contributes to educational success and to the construction of a protected and valued childhood. The research is based on a theoretical review and a report of professional experience, incorporating authors such as Philippe Ariès (1986); Barbosa and Magalhães (2008); Oliveira and Araújo (2010); Reali and Tancredi (2005); Vercelli and Lauriti (2025). The results indicate that the isolated responsibility of one of the parties ignores structural and social factors that directly affect child development. It is concluded that strengthening the bonds between school, family, and community is essential to guarantee

a humanizing, equitable education that is sensitive to the diverse realities of Brazilian children.

KEYWORDS: School Psychology. Developmental Psychology. School.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é um processo complexo e multifacetado, influenciado por diversos fatores sociais, emocionais, cognitivos e ambientais. Nesse contexto, a relação entre escola e família assume um papel central, sendo considerada uma das principais alianças para promover o bem-estar e o crescimento saudável da criança. A articulação entre esses dois contextos permite uma atuação mais efetiva no acompanhamento das necessidades individuais dos alunos, tanto no aspecto acadêmico quanto no socioemocional, como afirma os autores Guedes, Moura e Dimarães (2023, p. 3):

A família e a escola são sistemas que compartilham a tarefa de educar e socializar crianças e jovens. Dessa forma, a família não deve ser a única responsável pela educação, mas sim atuar como uma ponte entre o aluno e a escola, reforçando os valores e os ensinamentos transmitidos no ambiente escolar. Essa colaboração mútua requer comunicação constante para buscar melhorias e aplicá-las à realidade vivenciada.

Guedes, Moura e Guimarães (2023), propõe uma visão compartilhada da responsabilidade educativa entre escola e família, algo fundamental no cenário atual, onde muitas vezes um lado tenta delegar completamente ao outro a tarefa de educar. No entanto, essa ideia de parceria exige uma base sólida que nem sempre está presente, muitos responsáveis não têm tempo, preparo ou até acesso a uma educação de qualidade que permita esse diálogo com a escola.

Por outro lado, as escolas também enfrentam sobrecarga e, em alguns contextos, falta de estrutura para acolher e integrar as famílias em seus processos pedagógicos. Assim, embora o ideal seja a cooperação constante, a realidade de muitas comunidades aponta para uma distância entre escola e família e essa distância precisa ser enfrentada com políticas públicas, formação de professores e projetos que incluam os pais de forma prática e acessível, e não apenas como uma expectativa abstrata. Portanto, a reflexão é válida, mas precisa ser acompanhada de ações que tornem esse ideal viável.

Autores como Ariès (1986), destacam que a concepção moderna de infância é uma construção histórica e cultural, que passou a ser reconhecida e protegida apenas nas sociedades mais recentes. Estudos posteriores, como os de Barbosa e Magalhães (2008), enfatizam que, mesmo nos dias atuais, a infância ainda é vivenciada de forma desigual, especialmente por crianças em contextos de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, a atuação conjunta entre escola e família torna-se ainda mais necessária, pois ambas são responsáveis por promover a socialização, o desenvolvimento integral e a proteção dos direitos da criança. Entretanto, conforme apontam Guedes, Moura e Guimarães (2023), essa aliança nem sempre acontece de maneira efetiva, pois tanto escolas quanto famílias enfrentam limitações estruturais, comunicacionais e culturais que dificultam a construção de uma parceria real e contínua.

No município de Cametá, no estado do Pará, por exemplo, a vivência profissional no campo da psicologia escolar, de acordo com pesquisas de campo, tem revelado uma distância significativa entre os responsáveis pelas crianças e o ambiente escolar. Essa lacuna, muitas vezes, se expressa em forma de queixas, evasão escolar, culpabilização dos alunos ou mesmo em tentativas de terceirização total do processo educativo para a escola. Em contrapartida, escolas públicas frequentemente não possuem estrutura ou formação adequada para integrar as famílias de forma ativa e efetiva nos processos pedagógicos e socioemocionais, gerando um ciclo de desencontro e negligência mútua.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a importância da relação entre escola e família no apoio ao desenvolvimento infantil, destacando seus benefícios, dificuldades e estratégias possíveis para sua efetivação, com base em referencial teórico da área e em um relato de experiência profissional no campo da psicologia educacional.

Para tanto, este artigo está estruturado em três seções principais, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se o conceito de desenvolvimento infantil. A segunda seção analisa a função social da escola e da família, evidenciando os papéis de cada uma na formação integral da criança. Em seguida, apresenta-se a psicologia na interface entre escola, família e comunidade, um relato de experiência profissional no município de Cametá, no estado do Pará, que exemplifica os desafios práticos enfrentados na articulação entre escola e família, especialmente em

contextos de vulnerabilidade social. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com reflexões e propostas para o fortalecimento dessa parceria fundamental.

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para abordar o conceito de desenvolvimento infantil, é pertinente nos remetermos ao autor Philippe Ariès, no ano de 1986, que revisitou suas próprias ideias sobre a infância e a juventude a partir das discussões mais recentes sobre esses temas. Ele reconhece que, nas sociedades tradicionais, a infância era uma fase pouco valorizada e bastante curta. A criança era vista apenas como alguém fisicamente frágil, e tão logo adquiria alguma autonomia, era incorporada ao universo adulto, assumindo funções e comportamentos semelhantes aos deles. Não havia uma valorização ou reconhecimento das etapas intermediárias do desenvolvimento, como a juventude. Essa distinção entre criança, adolescente e adultos, como conhecemos hoje, só passou a ser consolidada em sociedades mais modernas.

Hoje, após os debates contemporâneos sobre a criança, a família, a juventude, e após o uso que foi feito de meu livro, vejo melhor, ou seja, de uma forma mais nítida e mais simplificada, as teses que me foram inspiradas por um longo diálogo com as coisas. Procurarei resumi-las aqui, reduzindo-as a duas. A primeira refere-se inicialmente à nossa velha sociedade tradicional. Afirmar que essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (Ariès, 1986, p. 9-10).

Essa leitura ainda ecoa em muitos contextos brasileiros, nos quais a infância é tratada como etapa de transição para o trabalho e não como fase de desenvolvimento pleno. Trazendo a reflexão que a fase infantojuvenil não são estáticas ou universais, mas sim construções sociais e culturais, moldadas conforme os valores, interesses e estruturas de cada época.

A infância, tal como a concebemos hoje, como um período protegido, com direitos próprios e necessidades específicas, não é um dado natural, mas uma categoria que foi sendo reconhecida, defendida e estruturada historicamente, sobretudo a partir da

modernidade. Quando o autor se refere, em 1986, às formas pelas quais a infância foi vivida nos séculos anteriores, ele aponta para um modelo em que a criança era vista apenas em sua fragilidade física e, tão logo adquirisse certa autonomia, era incorporada ao universo adulto, sendo tratada como um “miniadulto”. Essa visão, presente em sociedades tradicionais, revela uma infância curta, funcional e pouco valorizada, marcada pela ausência de políticas públicas e de uma abordagem psicológica ou pedagógica que considerasse as singularidades do desenvolvimento infantil.

Contudo, é importante destacar que o próprio autor, reconhece em 1986, as transformações que vinham ocorrendo no modo de pensar a infância. E se olharmos para o ano de 2025, percebemos que o modelo de infância continua em constante transformação social. Compreender a construção social da infância ao longo do tempo nos permite, agora, refletir sobre como as instituições responsáveis por esse processo, escola e família, têm atuado na contemporaneidade.

Os avanços em termos de direitos, políticas públicas, produção científica e escuta das infâncias foram significativos. Hoje, há uma valorização maior da infância como fase essencial ao desenvolvimento humano, com a criação de legislações protetivas e diretrizes educacionais e sociais voltadas para seu pleno desenvolvimento. Apesar disso, as marcas do passado ainda persistem, especialmente nos contextos de vulnerabilidade social. A prática social, em muitos casos, ainda reproduz lógicas de adultização precoce, em que crianças assumem responsabilidades emocionais, domésticas ou até mesmo financeiras, incompatíveis com sua idade. Esse cenário evidencia que, embora o discurso sobre os direitos da infância tenha evoluído, há um descompasso entre o modelo ideal de infância e a realidade vivida por muitas crianças, sobretudo aquelas que vivem em situação de pobreza, negligência ou violação de direitos.

Para Barbosa e Magalhães (2008), entende-se que a infância não deve ser tratada como um conceito abstrato ou isolado da realidade social. Pelo contrário, ela é moldada por uma série de fatores e instituições, como a família, a escola, e os papéis sociais de pai e mãe, que influenciam a forma como a criança vive e é percebida em diferentes contextos. Também resgata um panorama histórico, mostrando que a concepção de infância foi construída ao longo do tempo, especialmente a partir do século XII, e que a valorização dessa etapa da vida esteve, por muito tempo, restrita às classes mais altas. Já

para as crianças pobres, a infância permaneceu invisível ou negligenciada, sem o devido reconhecimento e proteção, o que revela uma desigualdade histórica na vivência desse período.

Quando falamos em infância, não podemos nos referir a esta etapa da vida como uma abstração, e sim como um conjunto de fatores que institui determinadas posições que incluem a família, a escola, pai, mãe, entre outros que colaboram para que haja determinados modos de pensar e viver a infância. A respeito disso, basta verificarmos que desde o século XII até início do século XX, a sociedade vem criando conceitos e modelos para infância, além de mecanismos que a valorizam, principalmente a infância pobre e desvalida, pois de acordo com a obra de Aries, o sentimento sobre a infância se dá nas camadas mais nobres da sociedade. Já a criança pobre continua a não conhecer o verdadeiro significado da infância, ficando assim a mercê da própria sorte (Barbosa; Magalhães, 2008, p. 2).

Nesse sentido, evidenciamos uma questão central, a infância, embora biologicamente comum a todos, é socialmente construída de maneira desigual. A forma como uma criança experimenta essa fase da vida depende fortemente de seu contexto socioeconômico, cultural e familiar.

Ainda no que se aproxima do pensamento de Àries (1986), durante séculos, a responsabilidade de educar as crianças não recaía diretamente sobre a família, como ocorre hoje. A socialização e a transmissão de valores e conhecimentos eram feitas principalmente fora do ambiente familiar, por meio da convivência direta com adultos. Ou seja, as crianças aprendiam observando, imitando e participando ativamente das atividades dos mais velhos, integrando-se naturalmente à vida em sociedade. A educação acontecia de forma prática, no dia a dia, e não necessariamente em instituições formais ou sob controle dos pais.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazerem-nas (Ariès, 1986, p. 10).

Dessa forma, traz uma reflexão importante sobre como, historicamente, a educação das crianças não era centralizada na família nem sistematizada em instituições formais, como escolas. Ao contrário, o aprendizado era vivido no cotidiano, por meio da

participação direta das crianças nas atividades adultas. Isso revela uma forma de educação mais integrada à vida social, em que os saberes eram transmitidos por meio da prática e da experiência. Podemos perceber uma mudança radical nesse modelo ao longo da história. Com a modernidade e a institucionalização da escola, o processo educativo se distanciou do cotidiano e passou a ser controlado por instituições formais, retirando da criança essa vivência direta com o mundo adulto. Isso trouxe benefícios, como a ampliação do acesso ao conhecimento sistematizado, mas também gerou distanciamentos: muitas vezes, o conteúdo escolar se mostra desconectado da realidade vivida pelos alunos, o que pode dificultar o engajamento e a aprendizagem significativa.

A crítica moderna à escola tradicional aponta que o simples convívio com adultos no passado não garantia, por si só, uma educação justa ou igualitária, crianças de contextos sociais diferentes tinham oportunidades muito desiguais. Assim, é importante refletir sobre como equilibrar a vivência prática com o conhecimento formal, pensando numa educação mais humanizada, contextualizada e socialmente justa.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

A autora Lauriti (2025), retrata a importância da parceria entre a família e a escola, especialmente na Educação Infantil, que é uma fase essencial para o desenvolvimento das crianças. Nesse período, são formadas as bases para o crescimento intelectual, emocional e social, por isso, a atuação conjunta entre educadores e familiares é fundamental. Quando a família participa ativamente da vida escolar, ela não apenas reforça o trabalho pedagógico, mas também ajuda a criar uma rede de apoio e colaboração. Essa união favorece o desenvolvimento integral da criança e aumenta as chances de sucesso ao longo da sua trajetória educacional.

A relação entre família e escola é um tema amplamente discutido no campo da educação, especialmente na Educação Infantil, onde as bases do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças são formadas. Essa fase é crucial, pois estabelece os fundamentos para o aprendizado contínuo e o desenvolvimento integral dos indivíduos. A participação ativa da família no ambiente escolar não apenas complementa o trabalho dos educadores, mas também fortalece o vínculo entre os diversos agentes envolvidos no processo educativo, criando uma rede de apoio comunicante e essencial para o sucesso das crianças (Lauriti, 2025, p. 11).

A presença ativa do núcleo familiar no contexto escolar fortalece os laços entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o sucesso e o bem-estar infantil. Ainda nesse seguimento, atualmente, a colaboração entre escola e família é considerada essencial para o crescimento integral das crianças. Os pais ou responsáveis são os primeiros a transmitir valores, comportamentos e formas de ver o mundo, enquanto a escola complementa esse processo ao oferecer um espaço planejado para desenvolver habilidades intelectuais, emocionais e sociais. Quando essas duas esferas trabalham juntas, o aprendizado se torna mais eficiente, acolhedor e inspirador (Lauriti, 2025).

Assim, a interação entre família e escola é vista hoje como uma parceria indispensável para o desenvolvimento pleno das crianças. As famílias desempenham um papel vital na formação dos primeiros conceitos, valores e atitudes das crianças, enquanto as escolas oferecem um ambiente estruturado para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Essa sinergia é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem que seja não apenas eficiente, mas também acolhedor e estimulante (Lauriti, 2025, p. 11-12).

A autora complementa que essa relação entre esses autores vai além de uma simples troca de informações, ela representa uma verdadeira parceria na formação do ser humano. No passado, era comum que a educação fosse vista como uma responsabilidade exclusiva da escola, mas hoje se entende que o aprendizado começa muito antes da criança pisar em uma sala de aula. O ambiente familiar molda comportamentos, influencia a autoestima e prepara a criança para o convívio social. Por sua vez, a escola expande esse universo, oferecendo ferramentas para que ela aprenda a pensar criticamente, conviver com a diversidade e desenvolver autonomia. Contudo, para que essa parceria funcione de forma efetiva, é necessário que ambas as partes se escutem, respeitem seus papéis e construam uma comunicação contínua e aberta. Em comunidades onde essa aliança é frágil, muitas vezes os alunos enfrentam mais dificuldades, tanto acadêmicas quanto emocionais. Por isso, fortalecer esse vínculo é também uma forma de combater desigualdades e garantir que todas as crianças tenham acesso a um processo educativo completo e humanizador.

Oliveira e Araújo (2010), também retrata a função da escola e da família, dizendo que as duas possuem funções próprias e, ao mesmo tempo, se complementam. Ainda que uma dependa da outra em muitos aspectos, não dá para ignorar que cada uma tem seu

papel bem definido, ou seja, seus limites e responsabilidades dentro daquilo que as caracteriza como instituições sociais.

Escola e família têm suas especificidades e suas complementariedades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que as sustenta como instituições (Oliveira; Araújo, 2010, p. 101).

A discussão sobre o papel do núcleo familiar e a instituição escolar na formação de crianças e adolescentes precisa reconhecer tanto a interdependência quanto a autonomia de cada uma. Embora estejam unidas por um objetivo comum, o desenvolvimento pleno do sujeito, é fundamental que cada instituição mantenha sua identidade e respeite seus próprios limites de atuação. A família é o primeiro espaço de socialização e afeto. Nela, a criança aprende os valores fundamentais, as primeiras regras de convivência e forma sua base emocional. Já a escola tem como foco o desenvolvimento intelectual, o contato com o conhecimento sistematizado e a convivência com diferentes perspectivas e realidades sociais.

Problemas surgem quando há sobreposição de funções ou ausência de diálogo. Por exemplo, quando a escola tenta suprir totalmente o papel da família ou quando os responsáveis terceirizam completamente a educação dos filhos à escola, ocorre um desequilíbrio. Reconhecer as fronteiras institucionais, portanto, não significa afastamento, mas sim uma parceria saudável em que cada lado contribui com aquilo que sabe fazer melhor, sem invadir o espaço do outro. Reali e Tancredi, afirmam sobre o papel da escola e família, que ambos “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (2005, p. 240). Ou seja, a formação de indivíduos capazes de atuar criticamente e com responsabilidade na sociedade não é missão exclusiva da escola, nem tampouco da família, é um dever compartilhado. Ambas são pilares na construção da cidadania, oferecendo bases diferentes, mas igualmente importantes.

O contexto familiar introduz a criança ao mundo, transmite valores, crenças e formas de agir. O espaço escolar, por sua vez, amplia essa formação, desenvolvendo o pensamento crítico, o respeito à diversidade e o senso de coletividade. Quando caminham juntas, essas duas instituições potencializam a capacidade do indivíduo de interpretar a

realidade, questioná-la e transformá-la. No entanto, formar alguém para a participação crítica na sociedade exige mais do que instrução técnica ou moral: é preciso criar espaços de escuta, reflexão e diálogo, tanto em casa quanto na escola. Isso significa não apenas ensinar regras, mas estimular a compreensão do porquê elas existem, encorajando os jovens a se posicionarem com consciência e responsabilidade diante dos desafios sociais. Essa parceria, portanto, não é apenas educativa, é também política e social. Ao prepararem juntos os futuros cidadãos, escola e família ajudam a construir uma sociedade mais justa, participativa e ética.

A PSICOLOGIA NA INTERFACE ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

De acordo com os autores Guedes, Moura e Guimarães (2023), no Brasil, a psicologia, especialmente a psicologia escolar, ainda tem explorado pouco as relações entre escola e família. Durante muito tempo, as dificuldades dos alunos foram vistas como responsabilidade exclusiva deles, sem considerar a influência do ambiente familiar. Depois, passou-se a culpar as famílias, atribuindo os problemas ao contexto social e econômico em que estão inseridas. No entanto, a família tem um papel essencial como primeira referência na vida de uma pessoa, pois é nela que o indivíduo aprende a se relacionar com o mundo e com os outros.

No contexto brasileiro, as relações entre família e escola têm recebido pouco estudo na psicologia, especialmente na psicologia escolar. Por um longo período, a culpa pelas dificuldades dos alunos era atribuída exclusivamente a eles mesmos, ignorando-se o papel da família. Posteriormente, uma conjectura culpabiliza as famílias, relacionando as dificuldades aos seus contextos socioeconômicos. A família desempenha um papel fundamental como base inicial na vida de um indivíduo, sendo responsável por transmitir os princípios de como ele se relaciona com o mundo e como enxergará os outros (Guedes; Moura; Guimarães, 2023, p. 3).

A análise das relações entre família e escola no Brasil revela um campo ainda pouco explorado dentro da psicologia, especialmente na área escolar. Essa ausência de investigação contribui para uma compreensão limitada dos fatores que influenciam o desempenho e o desenvolvimento dos estudantes. Historicamente, houve uma tendência a individualizar os problemas de aprendizagem, responsabilizando unicamente os alunos por suas dificuldades. Posteriormente, esse olhar se deslocou para a família,

frequentemente apontada como culpada, sobretudo quando inserida em contextos de vulnerabilidade social. Essas abordagens, no entanto, simplificam uma realidade muito mais complexa. A família é, sem dúvida, o primeiro espaço de formação do sujeito, é ali que se estabelecem as bases da linguagem, das emoções e da visão de mundo. No entanto, reduzi-la à causa única dos fracassos escolares é desconsiderar a multiplicidade de fatores sociais, institucionais, pedagógicos e psicológicos que interferem no processo educacional.

Nesse seguimento, como psicóloga e pesquisadora na área da educação no município de Cametá, no estado do Pará, percebo que o paradigma historicamente construído acerca da responsabilização do aluno por seu próprio desempenho ainda se perpetua no século XXI. Em pleno ano de 2025, constata-se, na prática profissional e nas relações escolares, que a compreensão descrita pelo autor de que “a culpa pelas dificuldades dos alunos era atribuída exclusivamente a eles mesmos, ignorando-se o papel da família”, permanece presente na realidade brasileira, especialmente em nosso município.

Atualmente, desenvolvo minhas atividades profissionais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Nova Cametá e em clínicas particulares. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem entre seus princípios o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, com vistas ao fortalecimento de vínculos e à garantia de direitos. Entretanto, no exercício da minha prática no CRAS, observo com frequência inúmeras queixas de cuidadores relacionadas ao desempenho escolar das crianças. Nota-se uma tendência recorrente de transferência de responsabilidades da família para a escola, como se esta pudesse, sozinha, assumir integralmente tanto o processo de ensino quanto a formação socioeducativa, o que, como discutido ao longo deste trabalho, é humanamente inviável e gera prejuízos ao processo educativo, culminando na culpabilização do discente.

Também é comum que esses cuidadores busquem o atendimento psicológico como se este representasse uma solução imediata para todas as dificuldades apresentadas no contexto familiar e escolar, muitas vezes com expectativas de que o profissional apenas realize diagnósticos. Contudo, ainda que haja casos de transtornos de aprendizagem que exijam identificação e acompanhamento clínico, é fundamental esclarecer às famílias que

o diagnóstico, por si só, não resolve as problemáticas existentes. A participação ativa da família no processo educativo é indispensável e não pode ser substituída pela escola nem pela equipe multidisciplinar.

Infelizmente, constata-se que muitas crianças e adolescentes acabam abandonando os estudos em decorrência dessas dinâmicas familiares fragilizadas. Utilizo aspas para destacar essas expressões porque, apesar da idade escolar, frequentemente não é a criança que recusa a educação, mas sim os cuidadores que, por omissão ou desconhecimento, acabam negando-lhes esse direito fundamental. Quando menciono o termo “cuidador”, refiro-me à família ou a qualquer pessoa responsável pelo cuidado e acompanhamento da criança ou adolescente.

Nesse contexto afirma Oliveira e Araújo (2010), diz que a família tem um papel fundamental na formação das crianças, especialmente como modelo de comportamento e no desempenho dos papéis sociais. Essa influência da família é chamada de educação primária, não no sentido escolar, mas como a primeira forma de educação que a criança recebe, ainda dentro de casa. A função principal da família, então, é guiar a criança para que ela aprenda comportamentos considerados adequados, de acordo com as normas, valores e costumes da cultura em que está inserida.

A responsabilidade familiar junto às crianças em termos de modelo que a criança terá e do desempenho de seus papéis sociais é tradicionalmente chamada de educação primária, uma vez que tem como tarefa principal orientar o desenvolvimento e aquisição de comportamentos considerados adequados, em termos dos padrões sociais vigentes em determinada cultura (Oliveira; Araújo, 2010, p. 3).

As discussões sobre o papel da família na formação social e comportamental da criança têm ganhado destaque nos estudos sobre educação e desenvolvimento humano. A citação que define a responsabilidade familiar como parte da chamada “educação primária” destaca a função da família na transmissão de comportamentos socialmente adequados, moldando a criança segundo os padrões vigentes de uma determinada cultura. Essa perspectiva reforça a ideia da família como o primeiro espaço de socialização, responsável por orientar o desenvolvimento individual conforme os valores culturais dominantes.

Entretanto, essa visão pode ser considerada limitada quando confrontada com a análise de Guedes, Moura e Guimarães (2023), que problematizam a forma como as relações entre família e escola têm sido tratadas no contexto brasileiro, especialmente no campo da psicologia escolar. Os autores apontam que, por muito tempo, a responsabilidade pelos fracassos escolares foi atribuída exclusivamente aos alunos e, posteriormente, transferida para as famílias, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Essa mudança de foco evidencia uma tendência de culpabilização que desconsidera os fatores estruturais que afetam diretamente a capacidade das famílias de exercerem esse papel educativo idealizado.

Dessa forma, é possível perceber uma tensão entre a concepção normativa do papel da família e a realidade concreta vivida por grande parte da população brasileira. A exigência de que todas as famílias consigam promover uma educação primária eficaz ignora as desigualdades sociais e econômicas que impactam diretamente esse processo. Além disso, essa visão desarticulada entre família e escola reforça uma lógica de responsabilização individual, sem considerar a necessidade de ações integradas entre diferentes agentes sociais na formação da criança. Assim, mais do que atribuir à família o dever exclusivo de socializar a criança, é fundamental reconhecer a complexidade desse processo e a importância de políticas públicas e práticas escolares que acolham e colaborem com as famílias em suas diferentes realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre escola e família representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, especialmente na infância, fase em que são construídas as bases cognitivas, emocionais e sociais que influenciarão todo o percurso de vida do indivíduo. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que, embora essa parceria seja amplamente defendida na teoria, sua efetivação na prática ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Fatores como a ausência de diálogo entre os responsáveis e a escola, a sobrecarga de funções atribuídas a ambas as instituições, a falta de políticas públicas eficazes e a carência de formação

continuada para profissionais da educação contribuem para o distanciamento entre esses dois espaços fundamentais na formação da criança.

A análise teórica de autores como Ariès, Barbosa, Magalhães, Oliveira, Araújo, Reali, Tancredi, Lauriti e Vercelli permitiu compreender que a infância, longe de ser uma etapa natural e universal, é uma construção histórica e social que reflete as desigualdades e os valores de cada época. Assim, compreender o desenvolvimento infantil demanda, necessariamente, olhar para as condições sociais, econômicas e afetivas nas quais a criança está inserida. Nesse sentido, a integração entre escola e família torna-se um caminho possível e necessário para garantir uma educação mais justa, acolhedora e eficaz.

A experiência prática vivida no município de Cametá, no estado do Pará, como psicóloga atuante em instituições públicas e privadas, reforça a urgência de se romper com a lógica de culpabilização individual, seja da criança, da escola ou da família e investir em ações integradas, que reconheçam as singularidades e as limitações de cada contexto. A psicologia escolar, ao se posicionar como mediadora entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, pode contribuir significativamente para o fortalecimento dessa parceria.

Conclui-se, portanto, que investir no fortalecimento do vínculo entre escola e família é uma estratégia essencial para promover o desenvolvimento saudável e integral das crianças. Esse investimento passa por políticas públicas efetivas, formação continuada de profissionais, espaços de escuta e diálogo com os cuidadores, e, sobretudo, pelo reconhecimento de que o processo educativo é uma responsabilidade coletiva. Somente por meio dessa articulação será possível construir uma educação que respeite os direitos da infância, combata as desigualdades sociais e promova uma sociedade mais ética, humana e participativa.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARBOSA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. **CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NA VISÃO PHILIPPE ARIÈS E SUA RELAÇÃO COM AS POLITICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA**. 2008.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. **A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: INTERSECÇÕES E DESAFIOS**. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, jan./mar. 2010.

Realí, A. M. M. R., & Tancredi, R. M. S. P. (2005). **A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva**. Paidéia, 15 (31), 239-247.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões; LAURITI, Nádia Conceição (org.). **Relação família e escola na Educação Infantil: Relatos de experiência de professoras e de gestoras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.